

15
anos

PUC Viva

Nº 699 - 18/5/2009

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

Na quinta-feira, 14/4, as associações de professores e funcionários da PUC-SP, juntamente com o reitor Dirceu de Mello e o secretário-executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, assinaram seus novos acordos internos de trabalho, que têm validade de um ano.

Os novos acordos têm basicamente os mesmos itens dos textos anteriores com poucas modificações. O acordo dos

professores apresenta uma novidade na cláusula 16, que prevê os adicionais por atividade em outros municípios. Por reivindicação da APROPUC, os professores que lecionam em Barueri terão custeados pela universidade os valores referentes ao transporte e alimentação. O benefício será pago aos

professores que solicitarem à Divisão de Recursos Humanos o seu pagamento.

Durante a assinatura do acordo, que contou com a presença do presidente do Sinpro-SP, Luiz Antonio Barbagli, a professora Bia Abramides lembrou que, apesar dos avanços do acordo interno, os professores

da PUC-SP continuam maximizados e sem receber a dívida referente ao reajuste de 2005 e que hoje ultrapassa três salários de cada docente.

FUNCIONÁRIOS

A assinatura do acordo dos funcionários aconteceu na sede da AFAPUC. Ele

abrange os trabalhadores administrativos de São Paulo e de Sorocaba, com exceção dos funcionários do Hospital Santa Lucinda que têm um acordo à parte. Não consta no texto do acordo a cláusula relativa ao adicional por tempo de serviço, que continua em discussão na Justiça do Trabalho.

Na ocasião os diretores da entidade lembraram as denúncias feitas pelas funcionárias da limpeza e os gestores concordaram que as condições de

trabalho e alimentação daqueles servidores devem ser repensadas.

Nesta semana aconteceu uma nova reunião, na segunda-feira, 18/5, entre a APROPUC e o reitor Dirceu de Mello, onde serão retomadas as reivindicações feitas pela APROPUC no final do ano passado.

APROPUC e AFAPUC assinam novo Acordo Interno de Trabalho



Nas sedes da AFAPUC (esq.) e APROPUC (dir.) as diretorias das entidades assinam os acordos com a Fundação São Paulo, Reitoria e Sinpro-SP.

Comitê organiza debate sobre a PUC-SP

A última reunião do Comitê Contra os Efeitos da Crise ocorreu no dia 11/4, no CACS. Durante o encontro, foram discutidas questões como a data da futura Audiência Pública com o reitor Dirceu de Mello, assim como a organização de um debate sobre a situação da universidade.

A data indicativa para a Audiência Pública ficou para o dia 27/8, próxima ao retorno das aulas, entendido pelo Comitê como im-

portante momento para a realização de uma atividade de grande peso. Até o fechamento dessa edição, não havia confirmação de disponibilidade de horário no TUCA para a data requerida.

Quanto ao debate, sobre a situação da PUC-SP e suas estruturas de funcionamento, foi marcado para o dia 2/6. Sua importância dá-se por dois motivos principais: manter vivo o debate e a ligação com os estudantes da universidade e explicar melhor

o funcionamento da PUC-SP, para garantir que a comunidade tenha condição de cobrar dos devidos órgãos, soluções para os problemas enfrentados. Além disso, o evento também vinculará a situação da PUC-SP à crise mundial do capitalismo, colocando em pauta, novamente, a questão da repressão ao movimento estudantil na PUC-SP e em outras universidades do Brasil.

O Comitê Contra os Efeitos da Crise também

deixou protocolar uma carta na Reitoria, solicitando resposta a duas questões básicas como: "Porque nem todas as bolsas remanescentes do PROUNI foram preenchidas?", e "Qual a resposta do CONSAD (Conselho de Administração) à abertura de edital de 100 bolsas de estudos da universidade?". A carta ainda não foi protocolada. A próxima reunião está marcada para o dia 18/05, às 18h, na sede da APROPUC.

EDITORIAL

Pelo fim da terceirização na PUC-SP

Historicamente a Associação dos Funcionários Administrativos da PUC-SP, AFAPUC, junto com a APROPUC, lutou por melhores condições de trabalho e, por consequência, contra a terceirização da mão de obra assalariada.

Instrumento típico do sistema neoliberal, a terceirização destrói as conquistas básicas dos trabalhadores, reduz a consciência de classe de uma categoria, degrada as condições de trabalho e sobrevivência do indivíduo. Como saída para a sua crise estrutural, a PUC-SP tem se valido deste recurso nefasto para viabilizar sua gestão financeira.

Nos últimos 25 anos ocupamos um lugar de vanguarda na luta por melhores condições de trabalho. Fomos pioneiros na conquista de direitos sociais que nenhuma outra categoria do Brasil teve à época, como as 40 horas semanais em 1986. A terceirização foi uma forma indireta utilizada para usurpar esses direitos de nossos funcionários, contratando-se trabalhadores que exerciam o mesmo trabalho, mas por um preço bem menor e sem os mesmos direitos vigentes na universidade. Segundo dados da Fundação São Paulo, a PUC-SP economiza anualmente cerca de R\$ 600 mil optando pela terceirização. Mas qual o custo social que tal "economia" representa?

A denúncia das trabalhadoras da Higlimp escancarou a condição subumana em que trabalham os funcionários da limpeza. Vivendo sob constantes ameaças das chefias, tomando suas refeições em locais inadequados, tendo benefícios como cesta básica e vale-transporte concedidos de forma aviltante.

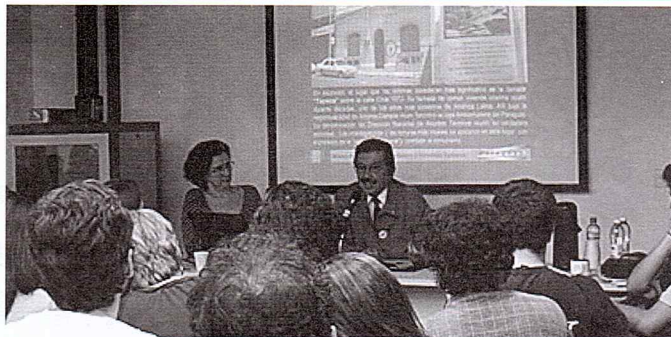
A situação dos funcionários da limpeza não é única, os trabalhadores da empresa de segurança Graber constantemente relatam suas agruras com jornadas de trabalho aviltantes e repressão por parte das chefias, como já tivemos ocasião de denunciar nas páginas do **PUCViva**.

Parece-nos uma hipocrisia simplesmente optar-se por uma melhoria nas condições de sobrevivência desses trabalhadores, pois sabemos que as empresas terceirizadas visam prioritariamente o lucro em suas operações e, nem sempre, têm as mesmas preocupações que uma universidade diferenciada como a nossa. Historicamente lutamos dentro desta PUC para que a exploração do homem pelo homem deixasse de existir, este foi o desejo da Igreja, que ajudou a construir nesta universidade um pólo de luta contra a opressão social.

Por isto a AFAPUC entende que é extremamente urgente a tomada de medidas, por parte da Reitoria e da Fundasp, que terminem com a terceirização dentro desta universidade. Que os trabalhadores que hoje prestam serviços à PUC-SP possam ser contratados diretamente pela universidade, ser por ela treinados e qualificados para uma função específica.

Só assim entendemos que será devolvida a dignidade para todos os funcionários desta casa, apagando de nossa história a idéia de trabalhadores de uma subcategoria, que trabalham o mesmo que qualquer funcionário da PUC-SP, mas recebem o pão mofado que o diabo amassou.

Diretoria da AFAPUC



Vera Viera e Martin Almada na sede da APROPUC

BARBARA MENGARDO

Advogado paraguaio denuncia crimes da Operação Condor

Em palestra organizada pelos professores Vera Viera e Antonio Rago, do departamento de história e Maria Aparecida Rago, da FEA, o advogado paraguaio Martin Almada falou, na sede da APROPUC sobre as 3 toneladas de arquivos descobertas em dezembro de 1992, no Paraguai, com informações de perseguições políticas à movimentos de esquerda no país. Os documentos datados de 1929 até 1989, conhecido como "arquivo do terror", contextualizam o momento histórico em que o governo paraguaio passou a perseguir anarquistas europeus no país, além de constar arquivos da chamada Operação Condor.

A Operação foi uma aliança político-militar coordenada pelo governo norte-americano que reuniu países sul-americanos como o Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia. A aliança tinha como intuito impedir que movimentos de esquerda ganhassem força na América Latina financiando golpes militares e a fundação das chamadas Escolas das Américas, grandes centros de formação dos militares latino-americanos.

Após a descoberta dos arqui-

vos, por decisão da suprema corte paraguaia, a embaixada americana ficou responsável pelos documentos e, desde então, "provas importantes que comprometiam e responsabilizavam a CIA por perseguição à militantes políticos, simplesmente desapareceram", afirmou Almada.

Os papéis encontrados comprometem inclusive países europeus como Alemanha, Itália, França e Espanha que também colaboraram com a Operação.

O advogado contou que foi preso por "ler a obra de Paulo Freire", considerado um ato subversivo para o governo Stroessner, sendo torturado durante trinta dias por militares paraguaios, brasileiros, argentinos e chilenos. Almada ficou intrigado com o fato de militares de outros países participarem de sua tortura e, quando saiu da prisão (devido a pressões internacionais, principalmente da Anistia internacional), seguiu para Paris, onde iniciou uma vasta pesquisa que o levou ao "arquivo do terror".

Segundo o advogado, a operação ainda acontece, mesmo nos dias de hoje. E deu o alerta: "Senhores, Condor não acabou, e a cada dois anos reuniões são realizadas Estados Unidos".

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 – Sala CA 02 – Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Victor Sousa, Caio Zinet e Marina D'Aquino
Fotografia: Gabriela Moncau
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, Ivan Martin e Victoria Claire Weischorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

PUC EM MOVIMENTO

Funcionários decidem abrir processos contra ex-diretores da AFAPUC

Depois de muita discussão a assembléia da AFAPUC, realizada no dia 13/5, decidiu abrir um processo cível e criminal que tem como objeto o ressarcimento de valores pecuniários desviados da entidade no período de janeiro/2005 a agosto/2007.

A assembléia optou por arrolar o ex-presidente e o ex-tesoureiro da entidade no inquérito. Essa proposta obteve a maioria dos votos (9 contra 5), sendo que a proposta vencida propunha o enquadramento do ex-te-

soureiro, enquanto que remetia a uma comissão sindicante a apuração das responsabilidades do Conselho Fiscal sobre a apuração das denúncias.

A decisão da assembléia teve por base o relatório da Comissão Processante, formada pelos funcionários Margarida Maria Moreira da Silva Couto, Ronaldo Martins e Roseli Aparecida Monjola, que apurou o caso. Segundo Margarida, a duração dos trabalhos deveu-se à demora com que os bancos entregaram a do-

cumentação à Comissão. A pedido da assembléia, a Comissão levantou também a postura dos integrantes do Conselho Fiscal à época dos desvios.

Ouvido pelo *PUCviva*, um dos ex-diretores nomeados afirmou que entrará com um recurso solicitando uma nova assembléia da categoria, uma vez que, segundo ele, houve desrespeito ao artigo 13º do Estatuto da entidade que prevê que, a diretoria da entidade de posse do relatório da Comissão Sin-

dicante, se posicionasse antes de submetê-lo à assembléia.

PROCESSOS

Os funcionários também foram informados dos processos judiciais onde 30 funcionários reivindicam índices de produtividade de 1991 e 1993, e diferenças salariais de 1993. A universidade já perdeu em três instâncias, mas entrou com recurso alegando inconstitucionalidade da decisão.

Docentes de Serviço Social travam luta contra o ensino a distância

No dia 13/5, aconteceu a reunião regional da ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Na ocasião, docentes de diversas universidades do estado de São Paulo debateram as principais questões dos cursos de Serviço Social e do ensino superior no Brasil. A associação tem 46 anos e a atual gestão está lutando para fortificá-la e consolidar a entidade como uma produtora de conhecimento científico. Além disso, a atual diretoria trava uma luta contra o ensino a distância.

"A educação a distância surgiu no mesmo pacote da abertura do mercado e do aligeiramento do ensino, quando o empresariado descobriu a rentabilidade dos cursos de Serviço Social", explicou Elaine Rossetti Behring, atual presidente da

entidade. Ela também comentou que o MEC chegou a chamar a ABEPSS de Luddista (em referência aos quebradores de máquinas do séc. XVIII), Elaine argumentou que entidade não é contrária à inserção de tecnologia, mas sim a mercantilização desenfreada do ensino superior.

Questionada sobre a possibilidade de ensino a distância na PUC-SP, respondeu enfaticamente. "A comunidade puquiense tem que resistir porque a PUC-SP foi uma referência de resistência na ditadura e teve a primeira estatuinte democrática no país. Vocês não podem deixar isso acontecer, pois seria o fim da PUC-SP", enfatizou Elaine.

Boa parte dos presentes de universidades, particulares ou privadas, relataram a dificuldade na luta contra o

ensino distância, onde uma série de casos sobre a resistência dos docentes foi debatida. Uma das estratégias de resistência da ABEPSS são as Audiências Públicas com o MEC, em que a primeira ocorreu no Espírito Santo.

Bia Abramides comentou que, em momento de decadência do capitalismo, a educação sofre. "A ABEPSS sempre lutou contra as reformas universitárias, trabalhistas e sindicais. Em momento de expansão da universidade privada, a APROPUC está organizando encontros com instituições de ensino particulares visando à unificação das lutas. E a ABEPSS pode ser a ponta de lança nessa luta", comentou. A diretora da APROPUC também se posicionou em relação à possibilidade do ensino a dis-

tância na pontifícia. "Na Audiência Pública, Dirceu de Mello comentou que aulas não presenciais poderiam ser a salvação da universidade. Um dos focos da nossa luta será contrário ao ensino a distância. Ele faz parte de um redesenho mercantil, que é uma razão instrumental para a redução de custos e intervenção da igreja", concluiu.

PARTICIPE DA NOVA ENQUETE NO SITE DA APROPUC

O QUE VOCÊ ACHA DA IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO À DISTÂNCIA NA PUC SP?

www.apropucsp.org.br

Cultura Crítica revisita romance regionalista brasileiro

No dia 12/5, no Auditório 333, aconteceu o lançamento da nova edição da Revista Cultura Crítica, publicação cultural da APROPUC, com o tema romance regionalista brasileiro. Em 12 artigos, intelectuais dissertaram sobre o universo do regionalismo, debatendo seus autores e suas obras, a influência e a importância do gênero literário. Durante o evento, articulistas apresentaram ao público parte de sua pesquisa.

Eduino Orione realizou uma vasta pesquisa sobre *O menino do Engenho*, de José Lins do Rego. Apresentou a reflexão de que o romance tem uma justaposição de dois modelos narrativos - o romântico e o naturalista - além de apresentar quebra de tabus da época e força na sexualidade, como boa parte dos romances regionalistas. "A obra é uma verdadeira transfiguração poética sentimental do universo do engenho", comentou. "Durante o capítulo 13, uma enchente inverte a ordem social. A natureza agrega as pessoas que a sociedade e a ordem social afastam. E para a criança esse é um momento de festa", concluiu.

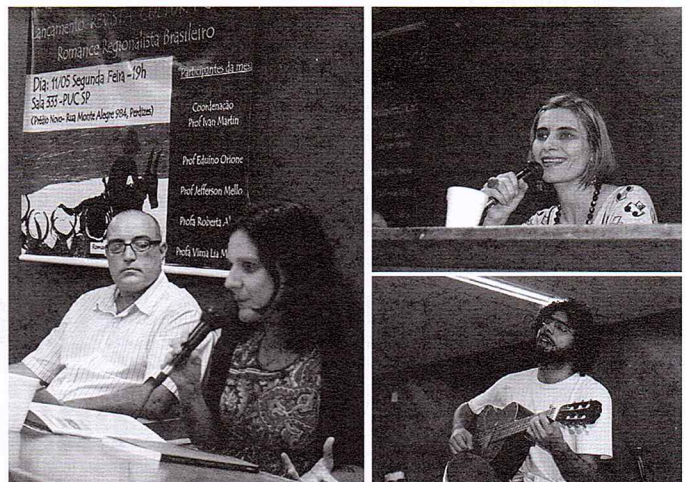
Já a pesquisa de Jeferson Mello relaciona as obras *Fogo Morto*, de José Lins do Rego, e *Cidade de Deus*, de Paulo Lins. Ele explicou que o alicerce de sua pesquisa foi o argumento de que ainda existem vestígios da sociedade arcaica no mundo moderno e contrário a uma visão da história, favorecendo uma coexistência de fatos. Ele prova sua teoria argumentando que em

Cidade de Deus, mesmo os traços mais arcaicos do ser humano sofrem influência da sociedade de consumo. "Existe um intercâmbio entre os traficantes e os 'cocotas', que se dá pela troca de roupas de grife e outros itens, por drogas", ressaltou.

Bel Branacci refletiu como a literatura tem um papel intenso dentro das relações pessoais e sociais, através de sua pesquisa focada em Guimarães Rosa. "O autoquestionamento apresentando pelo autor não é metalingüístico. Ele mostra uma perspectiva ainda mais ampla, questionando o papel da arte, em um momento em que o Brasil desenvolvia seu projeto de nação".

Vima Lia Martin estudou a influência da literatura regionalista nos países africanos de língua portuguesa, especialmente em Cabo Verde. Segundo ela, os africanos tinham mais acesso à literatura brasileira, pois essa não era censurada pela polícia portuguesa. "Nessa época ainda era alimentado o mito de que o Brasil era o país que havia dado certo. Aquele não era o português de Portugal, mas o português brasileiro. Isso criava um sentimento de que eles também poderiam buscar sua identidade", refletiu.

Roberta Alves abordou a questão do regionalismo e do gênero na obra de Rachel de Queiroz. "A autora contribuiu para o embate entre a nova mulher e a tradição do eterno ser feminino", comentou. A revista está sendo distribuída para todos os associados da APROPUC.



Acima, articulistas apresentam suas reflexões ao público. Abaixo, à esquerda, Ivan Martin, editor da publicação e Vima Lia Martin. À direita, Roberta Alves, pesquisadora da obra de Rachel de Queiroz, e o compositor Caio Bassit que escreveu uma canção especialmente para a revista

FOTOS BARBARA MENGARDO

PROFESSOR(A)

FILIE-SE À

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

**VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO**

Roubos no campus Monte Alegre podem provocar mudanças na segurança interna

Uma série de roubos e furtos vem preocupando a comunidade da PUC-SP nos últimos meses. A ação mais emblemática foi o roubo de um projetor multimídia no subsolo do Prédio Novo, no mês de abril. As câmeras de vídeo mostraram a ação de uma quadrilha organizada, formada por pessoas externas à universidade e que conheciam muito bem os hábitos dos frequentadores do campus.

Para o pró-reitor de Cultura e Relações Comunitárias, Hélio Deliberador, torna-se fundamental uma mudança de postura da Graber que deveria tomar atitudes mais preventivas, o que demandaria uma melhor qualificação e treinamento de seu pessoal.

O professor Hélio não descarta a possibilidade de implantação de catracas ou

outros tipos de controle mais localizados como detectores nas portas de acesso aos laboratórios. Porém, o professor faz questão de afirmar que qualquer medida terá que passar pela aprovação da comunidade.

A reportagem do *PUCviva* lembrou ao Pró-reitor que nos anos de gestão da professora Maura Véras, a empresa de segurança Graber teve uma função política ostensiva, mapeando manifestações da comunidade para posterior enquadramento. Numa das últimas manifestações do Comitê Contra os Efeitos da Crise, uma segurança anotava os discursos de estudantes que participavam do ato.

O professor afirmou que este procedimento pode ter acontecido, mas "não se trata de um contro-

le político, os dados jamais serão usados para tal finalidade e a ação destina-se prioritariamente a garantir a proteção das pessoas e da universidade".

DROGAS

Outro assunto polêmico dentro do campus é a atual política de contenção das drogas deflagrada há algumas semanas com o ato do reitor Dirceu de Mello. Hélio afirmou que a universidade não pode se tornar um ambiente permissivo e que aqui não é o espaço para o consumo de drogas ilícitas.

Um dos questionamentos feitos pelos participantes da Audiência Pública com o reitor Dirceu de Mello refere-se à falta de um diálogo que antecederse a edição do ato sobre drogas. Os estudantes tam-

bém denunciaram que as câmeras de vigilância nos pátios da PUC-SP estariam fazendo um monitoramento dos possíveis usuários de drogas para posterior enquadramento.

Hélio afirmou que realmente este tipo de acompanhamento está sendo feito, não com o sentido de "vigiar e punir, mas numa abordagem sócio-educativa, onde os profissionais da universidade possam auxiliar o usuário".

Quanto a uma ampliação do debate e possível mudança de rumos, o Pró-reitor afirmou que "se a maioria quiser outro caminho, a Reitoria poderá rever a atual postura".

Os assuntos relativos à segurança e uso de drogas no campus deverão retornar nas próximas edições do Conselho Comunitário.

FALA COMUNIDADE

Resposta da Higilimp às denúncias das funcionárias da limpeza

Referente à denúncia anônima sofrida, a qual se refere os maus tratos e desrespeitos com os funcionários da limpeza pela encarregada Jackeline Messias da Costa e a supervisora Maria Luiza Simões dos Santos, não é possível, pois todos os funcionários são tratados com respeito. O que ocorre é uma postura que não está correta em relação ao tom de voz e o vocabulário que estava sendo usado neste Campus, e a limpeza quando não realizada a contento, posturas essas, são cobradas em reuniões com a direção do Campus e a Comissão de limpeza.

O pão é entregue três vezes

por semana, estando sempre com a data de fabricação e validade bem legíveis e todo dia é feita uma fiscalização antes dos pães serem entregues aos funcionários.

O refeitório é limpo de manhã, de tarde e de noite, sempre depois das refeições, para que esteja sempre limpo e em condições de uso. As baratas vêm do esgoto e, para sanar este problema, deve ser feita a detetização periódica.

O vale transporte é depositado na mesma data, mas como este mês houve dois feriados, o transporte foi depositado com dois dias de diferença.

Com base no sindicato da ca-

tegoria, funcionários com uma falta não justificada ou com duas faltas com atestado perdem o direito à Cesta básica e podem ser descontados os dias de falta do Vale Refeição. Todos os funcionários estão cientes, já que representantes do sindicato estão sempre visitando os postos de trabalho ouvindo e esclarecendo qualquer dúvida que os funcionários possam ter. Os atestados são aceitos, mas o que ocorre é que, ao invés de trazer o atestado, eles trazem declarações de horas e esta não vale para abonar a falta do dia.

Temos um controle de material para que não haja desperdício, e todos têm a responsabili-

dade de cuidar e zelar pelo seu equipamento de trabalho.

Não existe uma sobrecarga de trabalho, o que existe é o remanejamento dos setores. Tem setores que são pequenos e são feitos em uma ou duas horas, o que fazemos é remanejar o funcionário desses setores menores para ajudar em outros setores, já que a carga horária dos funcionários é de 08h00 e não 02h00. Esse remanejamento tem gerado insatisfação em alguns funcionários, porém a carga horária deles tem de ser cumprida.

Carla Cristina da Silva, pela Higilimp

FALA COMUNIDADE

Fundação São Paulo, Dirceu de Mello e Higilimp: escravistas do século XXI

"Acho interessante."

Reitor Dirceu de Mello, sobre a terceirização do trabalho, na Audiência Pública em 28 de abril deste ano

Diana Assunção

O último *PUCViva* publicou a carta de trabalhadoras terceirizadas da limpeza denunciando as condições de trabalho às quais são submetidas pela PUC-SP e pela empresa terceirizadora Higilimp, condições que vão desde comer em meio a baratas até não receberem vale refeição e vale alimentação. Àqueles que consideram que a terceirização do trabalho é apenas uma maneira de "otimizar", "facilitar" ou "repassar a terceiros a realização de uma atividade" é necessário esclarecer que essa prática, que se aprofundou desde a década de 1990, com o chamado neoliberalismo, é uma das formas mais profundas de superexplorar trabalhadores e ao mesmo tempo dividi-los em diferentes categorias de trabalho.

A essa prática, empresários e empreendedores gostam de chamar de terceirização, mas é preciso dizer os fatos como eles são. A terceirização é a forma dissimulada da escravidão¹ no século XXI que condena trabalhadores a condições humilhantes de trabalho, sem os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora e sem a possibilidade de se organizar politicamente. Por isso, enquanto reina a paz na PUC-SP, numa universidade de "excelência", supostamente com "diálogo amplo e democrático", com uma história de luta contra a ditadura, mulheres e homens vivem em condições insalubres e com um salário de miséria, sendo, em suas próprias palavras "tratados como cachorro". E, quando se tratam das mulheres, sabemos que a situação é ainda pior, pois são elas as que seguem trabalhando em casa, com as ta-

refas domésticas, trabalhando, portanto, mais de 60 horas por semana.

Essa situação é sustentada pelos mantenedores da PUC-SP, Dom Odilo Scherer e sua Fundação São Paulo e o novo reitor Dirceu de Mello, que na última Audiência Pública disse "achar interessante" o trabalho terceirizado. Provavelmente todos eles vão querer se "safar" dizendo que é culpa da empresa terceirizadora, a Higilimp, que lucra horrores com essa situação. Dirão que vão exigir a troca das supervisoras e encarregadas, por "pessoas mais dignas". Poderão inclusive dizer que vão trocar de empresa terceirizada, procurar uma que seja mais "humana" com seus funcionários... Dirão por fim que vão tomar as "devidas providências". Mas não serão capazes de assumir que são eles os principais responsáveis por essa situação, pois são os que sustentam uma estrutura de universidade anti-democrática, onde a comunidade não tem voz, onde não sabemos pra onde vai o dinheiro das mensalidades nem porque foi criada essa crise, e tampouco podemos, a grande maioria, sequer conhecer os "segredos" da administração da universidade, que deve esconder relações escandalosas entre burocracia universitária, empresários das terceirizadas, banqueiros, fornecedores e governantes.

E, mais uma vez, cai a máscara da Igreja. Agora é preciso perguntar: porque a Igreja não faz campanha em defesa da vida dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizadas? Aonde estão os professores da Teologia que tanto dizem "defender a vida" nesse momento? Bom, talvez a Igreja não considere que é um atentado contra a vida que pessoas sigam

comendo bolo mofado e tomando café com sujeira. Sustentam uma instituição (Vaticano) que segue sendo possuidora de um patrimônio calculado em mais de 700 bilhões de euros enquanto a fome aumenta, populações sofrem com a falta de planos de obras públicas diante de enchentes, e são construídos muros nas favelas pra esconder o povo pobre e negro...

Aos escravistas do século XXI, que dissimulam e escondem as péssimas condições de trabalho dos terceirizados dentro da Universidade, é preciso repudiar. Isso passa pela luta incansável na defesa dos mesmos direitos e salários e da efetivação de todos os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados da PUC-SP, com a possibilidade de se organizarem sindical e politicamente como funcionários da PUC-SP que são, lutando dessa forma pela unidade das fileiras operárias.

Os estudantes devem se levantar contra essa situação, pois enquanto produzem conhecimento, há barbárie capitalista dentro da universidade, e por isso mesmo há que questionar esse conhecimento que produzimos. Se não está ligado a uma transformação desta sociedade, serve apenas para perpetuar essa mesma ordem. Os funcionários efetivos e professores devem tomar pra si essa luta. Que os 3 setores desta universidade se coloquem de pé numa grande mobilização em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados que denunciaram suas condições de trabalho, pois assim se fortalecerá a unidade dos trabalhadores puquianos, preparando melhores condições para lutar contra as medidas capitalistas da direção universitária e da Igreja

"mantenedora" nesse momento de crise!

Nos colocamos desde já na defesa incondicional destes trabalhadores e trabalhadoras mais explorados, para divulgar amplamente suas humilhantes condições de trabalho, para denunciar seus escravistas civis e clericais, e nos colocando à disposição para tudo que precisarem.

¹ A Igreja Católica, desde meados do século XVI, passou a conceituar a escravidão como um "mal necessário", colaborando com os colonos portugueses para garantir a mão-de-obra indígena escravizada, fundamental para a economia da época. Como as propriedades e rendas da Igreja estavam vinculadas à "normalidade" da economia colonial escravista, portanto, as autoridades eclesiásticas brasileiras passaram a admitir a "guerra justa", isto é, a escravização dos índios acusados de "recusa à conversão" (catequese) e "práticas de atos hostis contra os portugueses". Quando a escravização dos índios se tornou inviável economicamente, a Igreja Católica continuou alinhada às opressões colonialistas, fundamentando-se no conceito de escravidão como mal necessário (para os interesses dos colonizadores e do clero). No século XVIII, as missões jesuítas detinham engenhos de açúcar, criatórios de gato, serrarias e outros bens, além de se tornar o principal proprietário urbano nas principais cidades. A escravidão negra foi tanto necessária como funcional para a formação da Igreja Católica e o acúmulo de propriedades.

Diana Assunção é estudante de História da PUC-SP e trabalhadora da USP. Integra o grupo de mulheres Pão e Rosas (LER-QI e independentes) onde impulsiona a campanha "A terceirização escraviza, humilha, divide.. pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados!"

MOVIMENTOS SOCIAIS

Comunidades carentes sofrem com repressão

Na semana passada, comunidades da zona leste sofreram com a truculência da Polícia Militar e a falta de políticas para a habitação da Prefeitura de São Paulo. No bairro Cidade Tiradentes mais de 20 casas receberam um mandato de desapropriação e, na favela Tiquatira, uma das maiores de SP, a violência da Polícia revoltou a população.

Nos dois casos, a mídia corporativa deu um show de sensacionalismo e criminalização da pobreza, ridicularizando as manifestações e omitindo fatos. Os grandes jornais e a televisão não contaram que na Cidade Tiradentes os moradores receberam um mandato de desapropriação, com prazo

de cinco dias para deixar suas residências, sem garantia de abrigo, bolsa-aluguel, remuneração ou inscrição em programas de moradia popular.

Já na favela Tiquatira, a versão da polícia de que o protesto dos moradores era relacionada à prisão de um traficante foi aceita por grande parte dos veículos de comunicação. Porém, a versão dos moradores foi omitida. Eles alegam que um jovem inocente foi preso, que a mãe do traficante preso sofreu violência policial e que a Polícia invadiu barracos de moradores inocentes sem mandato judicial.

Outra comunidade carente que vem sofrendo

com a Prefeitura de Gilberto Kassab é a comunidade Jardim Edite, na região das Águas Espraiadas. Os moradores receberam uma carta de desapropriação, com prazo para deixarem suas residências, até o final do mês e, em troca, uma remuneração de apenas R\$ 5 mil pelo valor total.

Como no caso de Paraisópolis, todas essas regiões têm forte interesse da especulação imobiliária por estarem próximas a bairros nobres e futuras linhas do metrô. A prefeitura enxerga essas comunidades como obstáculos para o "desenvolvimento", esquecendo o direito básico, primordial de todo cidadão brasileiro à moradia.

Sociedade Civil pede saída de Gilmar Mendes

Insatisfeitos com o atual ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, membros da sociedade civil criaram o movimento "Gilmar Dantas saia às ruas e não volte ao STF". Os protestos começaram tímidos, com cerca de 10 estudantes da UNB, em Brasília, mas estão tomando proporções nacio-

nais se espalhando por diversas regiões do país. O grupo organizou um ato, no dia 6/5, que reuniu cerca de três mil pessoas em Brasília, e que também ocorreu em São Paulo e Belo Horizonte.

A campanha acusa Gilmar Mendes de utilizar seu cargo público para beneficiar sua instituição privada

de ensino, sua íntima relação com os grandes latifundiários do Mato Grosso, a soltura quase instantânea do banqueiro Daniel Dantas (que rendeu ao ministro o carinhoso apelido de Gilmar "Dantas"), e a constante repressão aos movimentos sociais. Conheça o movimento em <http://saiugilmar.blogspot.com>.

Fábrica ocupada resiste em tempos de crise

Os trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô, em Sumaré (SP), estão pedindo solidariedade à Sociedade Civil. No dia 4/5, os funcionários foram notificados de que a justiça iria sequestrar as contas pessoais dos trabalhadores para pagar as dívidas dos antigos patrões da fábrica. Entendendo que essa é uma atitude comple-

tamente arbitrária e que visa somente reprimir o controle operário, os trabalhadores da Flaskô marcaram uma Audiência Pública, que será realizada no dia 20/5, em Brasília.

A ocupação, que iniciou-se em meio à crise de 2002 e 2003, completará seis anos no dia 12/6 e vem conseguindo sobrevi-

ver à nova crise capitalista de 2008. Considerada uma referência para o movimento operário, os trabalhadores pedem todo tipo de ajuda, desde moções de apoio a contribuições financeiras para custear a caravana que irá a Brasília. Conheça melhor o movimento através do blog: <http://defendeflasko.blogspot.com>.

Eventos debatem singularidades da África

A XI semana da África, organizada pelo Fórum África, acontece entre os dias 25/5 e 30/5 em diversos locais de São Paulo. A semana acontece em comemoração ao dia da África.

O evento tem caráter sociocultural visando a desconstrução dos estereótipos criados sobre a África. A abertura acontece no dia 25/5, às 19h, na Câmara Municipal de São Paulo com uma discussão sobre o tema *África: História, aspectos socioculturais e políticos*. A mesa de debate será composta por professores da USP, PUC-SP e da Universidade Nove de Julho.

A semana continua e oferecerá curso, entre os dias 26 e 28/5, sobre o tema da abertura do evento. As duas primeiras aulas discutirão as *Guerras e etnias na África* e a última será sobre *África e Arte Negra: significação pelo povo e para o povo*. As aulas ocorrerão no Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas da PUC-SP, no Campus Marquês de Paranaguá.

O encerramento será no dia 30/5 com jantar cultural, no Bairro Bela Vista.

Maiores informações: www.forumafrica.com.br.

EVENTO NA PUC

O evento *Viagens à África*, começa essa semana na PUC-SP. A abertura será dia 18/5, às 19h30, no salão superior do TUCA com apresentação de uma cantora sul-africana. As atividades continuam até o dia 26/6.

ROLA NA RAMPA



MARINA D'AQUINO

No primeiro dia de debates a presença do professor Lucio Flavio Rodrigues (esq.), a estudante Fernanda Galharo e a professora Bia Abramides

Evento comemora o dia do Assistente Social

A Faculdade de Serviço Social, juntamente com o Pós em Serviço Social e o CA de Serviço Social, continuam nesta semana as comemorações do dia do Assistente Social.

Já na sexta-feira, 15/5, os professores Lucio Flavio Rodrigues, do Departamento de Política, e a professora Bia Abramides, do Departamento de Fundamentos da Faculdade de Serviço Social (PUC-SP), debateram, na sede da APROPUC A *Conjuntura da Segunda Metade dos anos 70 e o Significado do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais*. À noite, o mesmo tema foi debatido pela Deputada Federal Luiza Erundina de Souza e Antonio Rago Filho, do Departamento de História.

As atividades continuam no auditório 239,

com duas palestras: *A Formação Profissional, e a Construção de Conhecimento na Área do Serviço Social - recuperando os últimos 30 anos*. Finalizando o evento, no dia 19/5, terça-feira, estará em debate *A Profissão do Serviço Social e a sua Interlocução com os Movimentos Sociais*. Às 8h animarão a discussão as professoras Rosângela Dias de Oliveira Paz, do Departamento de Fundamentos, e Márcia Aparecida Accorsi Pereira, do Departamento de Política e Gestão Social, da Faculdade de Serviço Social. Às 19h será a vez de Márcia Calhes Paixão, do Departamento de Fundamentos, Rosalina de Santa Cruz Leite, do Departamento de Política e Gestão Social, e do assistente social Thiago Barbosa da Silva, na sala 333.

Homenagem à professora Chica Guimarães

Na segunda-feira, 18/5, acontece a homenagem à professora Chica Guimarães Hatakeyama, da Faculdade de Psicologia, falecida no último dia 24/4. O dia es-

colhido é o mesmo no qual ela defenderia sua tese de doutorado e seus colegas prestarão uma homenagem a professora na sala 333, às 14h.

Definido Calendário para eleições gerais da PUC-SP

A Comissão Central Eleitoral definiu na semana passada as principais datas para as eleições que irão escolher os novos diretores de Faculdade, Chefes de departamento e Coordenadores de curso. As inscrições de

chapa ocorrerão nos dias 24 e 25/5, quando inicia-se oficialmente a campanha eleitoral que se encerra em 11/6. A votação acontece nos dias 15, 16 e 17 e 18, com apuração imediata após o término do pleito.

Continuam perseguições aos ambulantes da PUC-SP

Novamente nesta semana os fiscais da Subprefeitura da Lapa, coordenada por Soninha Francine, continuaram a reprimir os ambulantes que vendem suas mercadorias no entorno do campus Monte Alegre. Numa das ações por pouco o conflito não invade o campus, pois um dos ambulantes procurou refugio dentro do Prédio Velho, sendo persegui-

do pelos fiscais. Os seguranças da Graber e alguns estudantes evitaram que os fiscais invadissem o campus. A perseguição aos ambulantes, num momento de crise e desemprego é mais uma atitude arbitrária do prefeito Gilberto Kassab e de sua auxiliar, que durante toda a campanha à prefeitura apresentou um discurso em defesa dos trabalhadores

Debate no Dia da Prostituta

Dia 2/6, Dia da Prostituta, será marcado pelo debate "Comemorações ou reivindicações?" realizado pelas associações Mulher Vida, Associação Viva Mulher, pelo projeto Antonia, e pelos grupos PMM e GMEL, na Câmara Municipal, Viaduto Jacareí, 100, Salão Tiradentes, 8º andar, às 14h.

Cotas na Pós em discussão

No próximo dia 22/5, às 19h, acontecerá um debate público sobre cotas com bolsa na Pós-graduação da PUC-SP para negros e indígenas. O debate acontece no auditório 239, e contará com a presença na mesa de integrantes dos movimentos negros e indígenas.

Evento debate rádios comunitárias

O Debate que acontecerá no dia 19/5, às 19h, no auditório 333, pretende trazer um histórico político e social das rádios comunitárias, bem como de sua realidade atual, o que compreende a abordagem da mídia sobre o tema, a vivência prática das rádios e a análise da posição dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo a respeito.

A mesa do debate será composta Diogo Moyses, representante do coletivo de comunicação social, Interozoes; Jussara, represen-

tante da Rádio Cantareira, recentemente legalizada pelo Ministério das Comunicações; Hamilton de Souza, professor do Departamento de Jornalismo da PUC-SP; Valério Paiva, estudante de jornalismo, representante da ENECOS; Evelise Rodrigues, estudante de Direito e integrante Grupo de Estudos de Rádio Comunitária do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns - PUC-SP; e Advogado integrante do Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns - PUC-SP.